

Dilemas da comunicação

O campo de estudos amplia debate sobre seu objeto e *status* científico

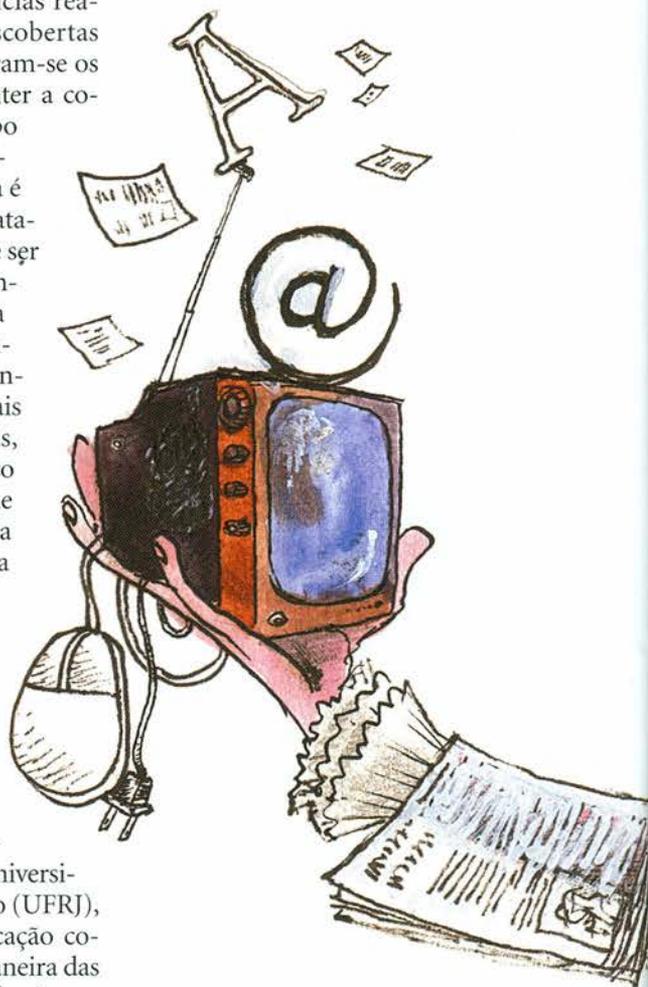
MARILUCE MOURA

Ser ou não ser ciência parece ser, senão a questão, pelo menos uma questão crucial para o campo de estudos da comunicação no Brasil, hoje. Em torno dela, novos problemas teóricos e institucionais estão sendo criados, formam-se grupos de interesse, consolidam-se posições divergentes e, se falar em cisão da pequena e aguerrida comunidade científica vinculada a esse campo pode soar como hipérbole inadequada, há claramente uma disputa em curso entre os pesquisadores quanto ao *status* da comunicação, cujo resultado pode ser até uma redefinição de seu espaço dentro das ciências humanas e sociais no país – com todas as conseqüências previsíveis, nesses casos, em termos acadêmicos, político-institucionais e, é claro, de disponibilidade de verbas para pesquisa.

Foi, aliás, uma amostra muito esclarecedora nesse sentido que os pesquisadores ofereceram no seminário Epistemologia da Comunicação, promovido conjuntamente pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), nos dias 7 e 8 de novembro. Ali se posicionaram, de um lado, os que querem conduzir a comunicação a um *status* estrito de ciência, com seu objeto rigorosamente definido e metodologias de pesquisa explicita-

das, a ponto de permitir que se confirmem ou refutem as experiências realizadas – ou até mesmo descobertas anunciadas. No outro, perfilaram-se os estudiosos que preferem manter a comunicação como um campo de estudos aberto, multidisciplinar, dentro do qual a mídia é o objeto mais aparente a ser tratado, mas estaria muito longe de ser um tema exclusivo. E que entendem, ainda, que a pressa, a ansiedade pelo enquadramento da comunicação como ciência *stricto sensu*, por razões mais institucionais que por outras, atropelam um debate científico fecundo, aliás internacional, que ainda se encontra no estágio da exposição de diferenças, sem a maturidade indispensável ao consenso.

Entre um extremo e outro – pôde-se confirmar também no Seminário de Epistemologia –, há lugar para visões mais sutis, como a de Muniz Sodré, coordenador da pós-graduação em comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que propõe tomar a comunicação como uma ciência, sim, não à maneira das exatas ou biológicas, como conhecimento exato e universal, “mas no sentido de



discurso bem estruturado, de língua bem-feita, e capaz de ser assim reconhecida pela comunidade, resgatado de Kant e dos filósofos sensualistas do século 18.”

Intelectuais coletivos - As divergências, de qualquer sorte, não se esgotam na versão própria do dilema hamletiano que os comunicólogos criaram para si. Elas passam também, como destaca a coordenadora na pós-graduação da ECA-USP, Maria Immacolata Lopes, por uma outra indagação crucial, ou seja, qual é, afinal, o objeto dos estudos da comunicação, conformem eles, ou não, uma ciência? A pergunta, que parece rearranjar os grupos de forma distinta da que o fazem as disputas em torno do *status* científico da comunicação, recebe respostas diversas em conteúdo e no tom, que varia de uma visível hesitação à convicção mais profunda: seria a mídia, seria a vinculação social, seriam todas as relações de comunicação humana, inclusive as interpessoais, o sentido de atualidade, de presente contínuo, que os meios de comunicação de massa carregam e difundem, etc., etc.

Nesse emaranhado de visões e discursos, o professor Octavio Ianni, 76 anos, respeitado decano da sociologia nacional e hoje vinculado à pós-graduação em comunicação da ECA-USP, sentiu-se à vontade para reclamar da ausência que sentira no seminário de um personagem fundamental àquele debate: “As corporações e conglomerados da mí-

dia, poderosos e sofisticadíssimos intelectuais coletivos”. Fez a queixa na mesa redonda especial sobre “o futuro do campo da comunicação”, que encerrou o seminário, depois de questionar a platéia sobre o que realmente se falava ali quando se dizia comunicação, e após lembrar, didaticamente, que “em sua acepção mais geral, a comunicação é constitutiva e constituinte da sociedade e todas as relações sociais envolvem ou estão envolvidas em comunicação”. Estabelecido isso, observou que há formas particulares nesse fenômeno universal da comunicação, que ganham relevância na política, na economia, na cultura, etc. “E há uma forma especial, a da mídia, que diz respeito aos meios e às empresas, às corporações e conglomerados, que fazem parte intrínseca do processo de globalização. Ela

envolve intelectuais, artistas e técnicos, compondo um vasto intelectual coletivo que forma a consciência social das pessoas.”

Na verdade, Immacolata já destacara a preocupação com as práticas da mídia que atravessam, “queira-se ou não”, o campo da comunicação. “Mas e a teoria?”, interrogou ela. Nessa área em que as reflexões continuam se valendo basicamente das atualizações de Adorno e outros pensadores da Escola de Frankfurt, dos estruturalistas e dos estudos culturais, faltam ainda referenciais teóricos consistentes produzidos no próprio país. “Não temos no Brasil, ainda, uma crítica séria, acadêmica, da mídia, da televisão, da imprensa.”

Crise de crescimento - Uma sensação possível para quem observa das bordas o debate em curso da comunicação, depois de atravessar um fechado cipoal retórico, é que se está, antes de mais nada, ante uma crise de crescimento acelerado, com seus típicos conflitos de identidade. Não é gratuita, assim, a frequência com que as palavras legitimação e autonomia aparecem nas discussões dos pesquisadores da área, como expressão clara do desejo de fazer a comunicação transitar da condição de campo menor no âmbito das Humanidades, abrigado em certa medida sob as asas largas da sociologia, da lingüística ou da filosofia, para a situação de um respeitado campo científico autônomo.

Que há crescimento rápido, é indiscutível. É o que se verifica quando se examinam, por exemplo, números relativos aos programas de pós-graduação em comunicação existentes no país, registrados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Até 1997, eram sete os programas com produção discente em andamento, e já em 1999 eles haviam subido para 13, segundo o volume *Teses e Dissertações em Comunicação no Brasil (1997-1999): Resumos*, organizado por Ida Regina Stumpf e Sérgio Capparelli, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e publicado em 2001 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com apoio da Capes. Hoje, já são 18 programas e a criação de alguns

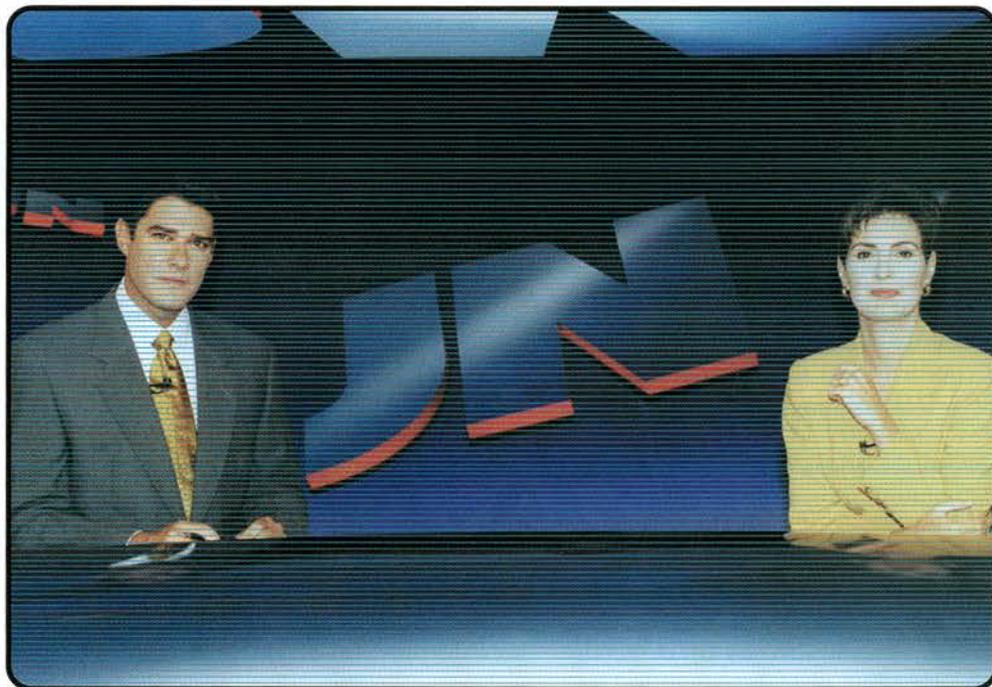


outros está sendo proposta à Capes.

É claro que em relação às ciências sociais, com uma tradição muito maior e mais consolidada no panorama científico nacional, esse é um número ainda modesto. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) registra nada menos que 65 programas de pós nessa área científica.

Doutores suficientes - Em número de trabalhos, ou seja, dissertações de mestrado e teses de doutorado em comunicação, os pesquisadores gaúchos já citados mostram que de 1992 a 1996, em cinco anos, portanto, foram produzidos 754 trabalhos, enquanto nos três anos seguintes foram produzidos 835. Em termos médios verifica-se, assim, a elevação da produção anual de 151 para 278 trabalhos, ou seja, um considerável aumento percentual de pouco mais de 84%. E se por curiosidade tomarmos a totalidade das dissertações e teses produzidas de 1972 a 1996 – 1.895 trabalhos, conforme tabela publicada na *Produção Científica Brasileira em Comunicação na Década de 1980: Análise, Tendências, Perspectivas*, coordenada por Margarida Maria Krohling Kunsch e Ada de Freitas Maneti Dencker, ambas da ECA-USP –, chegamos a uma produção média anual de 79 trabalhos para esse longo período, contra os 278 do período de 1997 a 1999.

O campo de estudos da comunicação no país produziu, assim, desde suas origens até o ano de 1999, cerca de 2.730 trabalhos, dos quais perto de 640 teses de doutorado (há algumas imprecisões na tabela apresentada no trabalho de Margarida Kunsch e Ada Dencker que impedem que se tome os números com uma certeza absoluta). Em outros termos, mais de 600 doutores em comunicação foram formados ao longo do tempo de institucionalização desse campo e, mesmo que boa parte deles esteja fora da área acadêmica, a produção resultante desse processo de formação certamente está longe de ser des-



Willian Bonner e Fátima Bernardes, apresentadores do *Jornal Nacional*: a mídia cria, de modo consciente, uma forma de vida virtual

prezível. Parece natural, assim, a batalha atual por legitimação e espaço dos pesquisadores de comunicação na comunidade científica nacional.

Excelência em discussão - Resta saber se há qualidade crescente na produção científica, correspondente à expansão quantitativa. Caso se considere as notas mais recentes atribuídas pela Capes aos programas de pós-graduação em comunicação, as coisas não são muito simples. O programa da ECA-USP, por exemplo, caiu de 5 para um modesto 3. Registre-se que ele teve início em 1972 com o mestrado e, em 1980, implantou o doutorado, que já formou, a essa altura, cerca de 400 doutores. O programa tem, no momento, 670 alunos na pós e 110 professores doutores em seu corpo docente. Outros programas com muita tradição, como o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) obtiveram 4. Enquanto isso, conseguiram 5, a nota mais alta atribuída à área, programas bem mais novos, ou seja, o da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o da Federal Fluminense (UFF), o da

UFRGS e o da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Seis e 7, vale registrar, são notas atribuídas só a programas com excelência em inserção internacional, o que não é o caso de nenhum em comunicação.

A classificação, claro, rendeu pesada polêmica em torno dos critérios de atribuição das notas, que passam pela produtividade dos professores, produtividade dos alunos, tempo despendido na formação e proporção de professores de referência com regime de dedicação integral no programa. Na ECA-USP, por exemplo, que se considerou francamente injustiçada, muitos pesquisadores se viram compelidos a concluir que a instituição estava sendo prejudicada por seu estoque de professores aposentados, de altíssima qualidade, em atividade no programa (como Octavio Ianni). Evidentemente, eles não têm a mesma produtividade, do ponto de vista meramente quantitativo, que um jovem doutor. “Os aposentados constituem um grupo de excelência que o programa incorpora de graça, sem custo algum. Portanto, qualquer contribuição deles, uma, duas teses que orientem por vez, algumas aulas que ministrem, é lucro. Mas, na atual lógica do sistema, é melhor ter apenas cinco jovens doutores do que esses e mais cinco grandes professores

que formalmente já estão aposentados”, reclama, por exemplo, o professor Ismail Xavier, 55 anos, titular de Teoria e História do Cinema e coordenador da área de concentração de cinema do programa da ECA-USP.

De certa maneira, essa polêmica que parece burocrática, é apenas uma das faces com que se apresenta o debate muito mais amplo, que vai até as indagações radicais sobre o *status* da comunicação e sobre seu objeto. Porque nele, quem lidera a posição em defesa da comunicação como ciência stricto sensu, geralmente também se bate por seu enquadramento rigoroso nas normas das agências de fomento à pesquisa.

“O meu esforço é pela eliminação da autocomplacência que até pouco tempo regia as relações da comunidade científica na área de comunicação. Precisamos de qualificação dos docentes, precisamos de consistência das linhas de pesquisa, que têm que ser entendidas como lugares da formação de especialidades e não apenas como nomes de fantasia”, diz Wilson Gomes, 39 anos, professor titular de Teoria da Comunicação na UFBA. Na função de representante dos programas de pós-graduação da área de informação e ciências da comunicação e da área de ciências sociais aplicadas no Comitê Técnico-Científico (CTC) da Capes, Gomes insiste que “a área de comunicação precisa trabalhar, precisa resolver a mania de colocar sua produção fora de sua própria área. A sociedade sabe que é de comunicação de massa que estamos falando e, portanto, quem quer produzir uma tese sobre dança, sobre ergonomia ou sobre comunicação interpessoal deve buscar outros programas”.

Ele vê na formação da Compós, em 1992, um fator fundamental de estímulo ao crescimento da área de comunicação e acredita que, de fato, ela está se expandindo rapidamente em volume e consistência. Explica que seu discurso

A Pós-graduação em Comunicação

Universidade	Natureza	Mestr.	Dout.	Local
USP	Publ./Est.	1972	1980	São Paulo
UFRJ	Publ./Fed.	1973	1983	Rio de Janeiro
UnB	Publ./Fed.	1974	2002	Brasília
PUC-SP	Priv./Conf.	1978	1981	São Paulo
Umesp	Priv./Conf.	1978	1995	S. B. Campo
Unicamp	Publ./Est.	1986	2000	Campinas
UFBA	Publ./Fed.	1990	1995	Salvador
PUC-RS	Priv./Conf.	1994	1999	P. Alegre
Unisinos	Priv./Conf.	1994	1999	S. Leopoldo
UFRGS	Publ./Fed.	1995	2001	P. Alegre
UFMG	Publ./Fed.	1995	-	B. Horizonte
UFF	Publ./Fed.	1997	-	Niterói
Cásper Líbero	Privada	2000	-	São Paulo
Tuiuti	Privada	2000	-	Curitiba
UFPE	Publ./Fed.	2001	-	Recife
Unip	Privada	2001	-	São Paulo
UERJ	Publ./Est.	2001	-	Rio de Janeiro
Unesp	Publ./Est.	2002	-	Bauru

Fonte: Núcleo de Pesquisa do Mercado de Trabalho em Comunicações e Artes - ECA/USP

para dentro da comunidade de comunicólogos tem sido muito duro, “porque há defeitos históricos de constituição do campo de comunicação que têm que ser vencidos”. Mas na Capes, assegura, sua posição é de defesa intransigente da virtude do campo, que “não pode ser liderado por quem não gosta de ciência e de suas exigências metodológicas”. Sem se aproximar cada vez mais de uma mentalidade propriamente científica, completa, o risco da comunicação é ser varrida para fora do sistema de fomento à pesquisa.

A briga em casa - O toque irônico, curioso, do debate é que ele ganhou uma expressão muito concreta na UFBA, a universidade onde Gomes trabalha. “Propusemos a criação de um grupo multidisciplinar dentro do programa de Comunicação e Culturas Contemporâneas para pesquisar espetáculos contemporâneos. O grupo não foi aceito, por força desse novo entendimento estreito da comunicação que vem se difundindo, e então montamos um novo programa de pós-graduação vinculado à Faculdade de Comunicação (Facom),

o Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade”, relata Albino Rubim, 50 anos, diretor da Facom e ex-coordenador do primeiro programa de pós da faculdade. O novo programa está na Capes para ser aprovado pelo Comitê Multidisciplinar.

Rubim – que, embora doutor em sociologia pela USP, é um respeitado pesquisador da área de comunicação, vinculado à Facom-UFBA, onde se graduou, desde os anos 70 – assegura que nenhum grupo tem interesse em manter uma atitude beligerante e expõe com tranquilidade suas divergências conceituais com Gomes. “Pessoalmente não acredito que haja ciência da comunicação, que vejo como área interdisciplinar da qual se dá conta acionando simultaneamente a economia, a sociologia, a antropologia, as teorias

da comunicação.” Ele concorda que dentro da área de comunicação não deve caber tudo, que deve se proceder uma limpeza “do lixo”, como diz Gomes, mas “fechar a área e definir que tudo que não seja estudo da mídia tem que estar fora é estreitar por demais o campo”, em sua avaliação. Ele dá um exemplo prático: “Em que área estudar, buscar entender um fenômeno como o que acontece na Bahia, de uma música que não foi gravada, não estar tocando em qualquer meio de comunicação de massa, de repente ser cantada por uma população inteira?” Há, portanto, em seu entendimento, outras formas de comunicação que não passam pela mídia e que seriam objetos legítimos do campo de estudos da comunicação. Rubim destaca, inclusive, que o enlace entre comunicação e cultura poderia representar um grande impulso para o alcance científico da área de comunicação. “Tradicionalmente, a cultura não tem dono na universidade brasileira. Esteve ligada às faculdades de Direito, às ciências sociais e, mais recentemente à comunicação, e do ponto de vista da produção de conhecimento isso pode ser muito fecundo”, diz.

A voz de Muniz Sodré, 60 anos, um dos mais respeitados pensadores de comunicação no país, com teorias originais, como a que estabelece que vivemos hoje num bios, ou numa forma de vida midiática, dá novas dimensões para o debate. “Vejo a ciência da comunicação como um discurso reflexivo que deve incorporar o senso do profissional da mídia, das elites logotécnicas.” Seria assim o discurso de uma práxis, simultaneamente reflexivo e técnico, que teria a ambição da reorientação ética e política da própria mídia e dos usuários da mídia. Muniz lembra que os profissionais da mídia é que criam continuamente um universo imaginário e real onde as pessoas vão viver. Lembra que há uma forma de vida virtual fabricada continuamente por pessoas conscientes desse ato. “E é por isso que esse discurso da mídia tem que ser reconhecido pela comunidade científica não como o seu próprio discurso, mas como aquele ao qual ela precisa ir, voltar à academia para construir o discurso da ciência, que é reflexivo, e então ir de novo ao discurso técnico da mídia com a ambição de reorientação ética”, diz. E nisso a comunicação não estaria, em sua visão, agindo diferente de outras ciências sociais, que historicamente crescem atendendo a demandas para potencial determinados sujeitos sociais, como o Estado, os sindicatos, etc.

E se mais elementos ainda podem ser acrescentados para a discussão da epistemologia da comunicação, vale observar que pesquisadores de um campo tradicionalmente compreendido na comunicação, como o cinema, não pretendem renunciar, entre outras coisas, a uma dimensão que consideram essencial para suas reflexões: o da estética. “Quem está voltado para a análise crítica do cinema não pode dispensar o instrumental oferecido pela teoria literária, pela história da arte e pelo teatro. O fenômeno de massa do cinema está fortemente ancorado na

narrativa dramática e as teorias da comunicação não dão conta disso. As teorias originárias da escola de Frankfurt, ou dos Cultural Studies, de Birmingham, matam a estética, um valor que para nós está no centro de nossas reflexões”, diz Ismail Xavier. Daí porque ele vê problemas à frente com os enquadramentos a que vêm sendo submetidos os programas de pós-graduação em comunicação.

Problemas de identidade - Enquadramento que seria desnecessário se a nova geração de pesquisadores de comunicação não tivesse problemas de identidade com o campo em que atuam, na visão do professor José Marques de Mello, um dos primeiros pesquisadores de comunicação do país, professor titular aposentado da ECA-USP e atual coordenador do programa de pós-graduação da Metodista. “Falamos em uma história da área de comunicação no Brasil e da pós-graduação, a partir de 1972, mas para sermos rigorosos é pre-

ciso lembrar que esse campo começa no início dos anos 60 com Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília”, diz Marques. “Darcy chamou Pompeu de Souza, que ele considerava o mais competente jornalista brasileiro”, e o encarregou de montar a área de comunicação da nova universidade. Baseado no modelo da Universidade de Stanford, montou-se a faculdade de comunicação, com uma escola de jornalismo, uma escola de cinema, uma escola de rádio e TV e uma escola de publicidade e propaganda, tudo muito relacionado ao universo real da comunicação. No mesmo momento se iniciou uma pós-graduação na UnB, cujos alunos eram os professores da graduação, contratados em regime de 40 horas semanais “E tanto era gente muito experiente, como Luís Beltrão e Paulo Emílio Salles Gomes, quanto jovens talentosos, como Jean Claude Bernardet”, diz Marques.

A ditadura militar instalada no país a partir de 1964 desmantelou a experiência de Brasília, mas ainda assim serviu de base à formação da ECA-USP em 1966, com a organização da graduação e de um programa de doutorado que aproveitava a experiência que alguns traziam da UnB. “O primeiro grupo de doutores entregou suas teses em 1972 e fez as defesas no início de 1973”, diz Marques. Ocorre que a reforma do ensino superior levada a efeito no país, entre 1967 e 1969, acabou com o doutorado direto, e a ECA-USP teve que organizar uma pós-graduação sobre as novas bases, com a instalação do mestrado em 1972. O doutorado em conformidade com o novo modelo só viria oito anos depois.

Há assim “o interregno da ditadura”, uma descontinuidade política que perturba desde o começo o desdobramento desse campo novíssimo que era a comunicação e, mais adiante, um fenômeno de aposentadorias precoces na universidade, a partir do final dos anos 80, que também atua como um elemento perturbador do sistema. Que agora, muitos anos depois, se vê a braços com a exigência de uma profunda reflexão a seu próprio respeito. •



NEGREIROS